



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
 Gabinete do vereador Osmar Teixeira



Itajaí, 20 de Julho de 2023

CI nº 41/2023

À Secretaria Legislativa e ao Controle Interno

Assunto: Relatório de audiência pública

Câmara de Vereadores de Itajaí Secretaria Geral
Recebido em: 27 / 07 / 23
<i>Dec</i> .16:15 Servidor(a):

No dia 28 de junho de 2023, foi realizada uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Itajaí com o objetivo de abordar a insegurança enfrentada na região e, principalmente, os desafios enfrentados pelos moradores em situação de rua. A audiência foi proposta pelo Vereador Osmar Teixeira e contou com a presença de diversas autoridades e representantes da comunidade, incluindo Neusa Girardi, Secretária Municipal de Assistência Social; Amarildo Sartor, Diretor de Proteção Social e Especial; Gustavo Pereira da Silva, Diretor de Atenção à Saúde do Município de Itajaí; Jonata Mendonça, Comandante da Guarda Municipal de Itajaí, representando a Secretaria Municipal de Segurança; Major Karoline Melo Marcon, Sub Comandante da Polícia Militar; e Ivan Nascimento, Presidente da Associação Vida Jovem.

Durante os debates, o foco principal se concentrou nos problemas enfrentados pelos moradores em situação de rua em Itajaí. No entanto, também surgiram questões polêmicas que mereceram atenção, como a falta de recursos para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), discutida por funcionários dessas instituições. A escassez de recursos para as comunidades terapêuticas também foi trazida à tona por Ivan Nascimento, presidente da Associação Vida Jovem.

Os funcionários dos CAPS enfatizaram as dificuldades que enfrentam devido à carência de recursos, o que tem impacto direto na qualidade da assistência e suporte oferecidos aos moradores em situação de rua. Essa discussão ressaltou a importância dos investimentos para melhorar as condições de acolhimento e a eficácia dos programas sociais destinados a essa população vulnerável.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Gabinete do vereador Osmar Teixeira



Por sua vez, Ivan Nascimento, presidente da Associação Vida Jovem, chamou a atenção para a necessidade urgente de recursos para as comunidades terapêuticas. Essas instituições desempenham um papel crucial no auxílio e tratamento de pessoas em vulnerabilidade, incluindo os moradores em situação de rua, que requerem suporte e reabilitação adequados.

A audiência pública, portanto, proporcionou um espaço importante para discutir as preocupações urgentes relacionadas aos moradores em situação de rua em Itajaí. Além disso, trouxe à luz as questões delicadas em torno da falta de recursos para os CAPS-AD e comunidades terapêuticas, evidenciando a necessidade premente de ações efetivas por parte das autoridades e do poder público para enfrentar esses desafios sociais complexos e proporcionar uma melhor qualidade de vida para essa população vulnerável.

Durante a audiência, também foi apresentado um vídeo em que o prefeito de Chapecó, em Santa Catarina, relatou os resultados do programa de internação compulsória adotado no município. Essa abordagem gerou debates acalorados com argumentos pró e contra a internação compulsória.

Entre os argumentos a favor da internação compulsória, destacam-se o argumento de que é uma medida necessária para proteger a saúde e a segurança dos indivíduos em situação de rua que enfrentam problemas graves relacionados ao uso de drogas ou transtornos mentais. A internação pode oferecer cuidados médicos e psicológicos adequados que muitos desses indivíduos não conseguem acessar voluntariamente. Além disso, a internação compulsória é vista como uma oportunidade para oferecer tratamentos e serviços especializados, buscando a reabilitação dos indivíduos e possibilitando a reintegração à sociedade. Também se argumenta que a internação compulsória pode reduzir danos causados pela vida na rua, como abusos, exploração e riscos à saúde, proporcionando condições mais seguras e estáveis para os indivíduos vulneráveis.

Por outro lado, os argumentos contra a internação compulsória apontam para o fato de que ela pode ser considerada uma violação dos direitos humanos, negando a autonomia e liberdade de escolha das pessoas em situação de rua. Há dúvidas sobre a eficácia da internação compulsória como solução definitiva para os problemas



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Gabinete do vereador Osmar Teixeira



enfrentados pelas pessoas em situação de rua, defendendo que a abordagem deveria se concentrar mais em políticas de inclusão social, habitação acessível e programas de assistência que abordem as causas subjacentes do fenômeno. Além disso, a internação compulsória pode agravar o estigma associado aos moradores de rua, tornando mais difícil para eles serem aceitos novamente na sociedade após a internação.

Essa discussão envolve questões éticas, de saúde pública e de direitos humanos, e não há um consenso absoluto sobre a melhor abordagem. É importante considerar o contexto específico de cada município e buscar soluções que busquem ao mesmo tempo a assistência adequada aos moradores de rua e o respeito aos seus direitos e dignidade.

Entre os defensores da internação compulsória, Wesley Assumpção de Souza apresentou suas considerações acerca do tema. Além disso, representantes de entidades terapêuticas e do comércio compartilharam dessa visão, acreditando que essa medida é necessária para proteger a saúde e a segurança dos indivíduos em situação de rua que enfrentam problemas graves relacionados ao uso de drogas ou transtornos mentais. Eles argumentaram que a internação pode oferecer cuidados médicos e psicológicos adequados, buscando a reabilitação dos indivíduos e possibilitando a reintegração à sociedade, além de reduzir danos causados pela vida na rua, já citados neste documento.

Por outro lado, representantes do COMUSA (Conselho Municipal de Saúde) expuseram argumentos em contrário à internação compulsória. Eles apontaram que essa abordagem pode ser considerada uma violação dos direitos humanos, negando a autonomia e liberdade de escolha das pessoas em situação de rua. Além disso, surgiram dúvidas sobre a eficácia da internação compulsória como solução definitiva para os problemas enfrentados por essa população vulnerável. Estes representantes do COMUSA, defendem uma abordagem mais centrada em políticas de inclusão social, habitação acessível e programas de assistência que abordem as causas subjacentes do fenômeno.

A audiência também reiterou a importância da luta pela implantação do plantão da abordagem social, com esta sendo realizada 24 horas por dia, posto que hoje esta se dá apenas em horário comercial.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Gabinete do vereador Osmar Teixeira



A presidência da audiência pública também solicitou, aos representantes do COMUSA presentes na mesma, que se fizessem mais presentes na elaboração da Lei Orçamentária Anual, para que o orçamento do CAPS possa ser melhor discutido.

A Audiência Pública proporcionou um espaço importante para o debate e a reflexão sobre esse complexo desafio social em Itajaí.

Atenciosamente

Osmar Teixeira
Vereador